

Revista da

Defensoria Pública

do Distrito Federal

VOLUME V – Nº 01

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Número regular

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Editor-chefe da RDPDF
Alberto Carvalho Amaral

ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal <i>Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship</i>	Brasília	v. 5	n. 1	p. 140	jan/abril..	2023
---	----------	------	------	--------	-------------	------

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Defensor Público-Geral

Celestino Chupel

Subdefensores Públicos-Gerais

Emmanuela Saboya

Fabício Rodrigues de Sousa

Corregedor-Geral

Juliana Leandra de Lima Lopes

Ouvidora-Geral

Patrícia Pereira de Almeida

CONSELHO SUPERIOR

Ricardo Lustosa Pierre – Categoria Especial

Reinaldo Rossano Alves – Classe Intermediária

Hialamy Paz Bandeira – Classe Intermediária

Denianne de Araújo Duarte – Classe Intermediária

Gabriel Morgado da Fonseca – Classe Inicial

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal
vol. 5, n. 1 (2023). Brasília: Defensoria Pública do Distrito Federal, 2023.

ISSN Eletrônico: 2674-5755

ISSN Impresso: 2674-5739

Quadrimestral.

Editor: Alberto Carvalho Amaral, 2019-[ATUAL]

Disponível também online: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

1. AMARAL, Alberto Carvalho. 2. Direito. 3. Assistência Jurídica, periódico. 4. Defensoria Pública, Brasil. Escola de Assistência Jurídica

CDU 34
CDDir 340.0581

Ficha catalográfica elaborada pela Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Coordenação e distribuição

Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)

Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, térreo
70.711-070 - Brasília/DF Tel.: (61) 3318-0287

Visite nosso site: <http://revista.defensoria.df.gov.br/> E-mail: escoladpdf@gmail.com

Diretor: Evenin Eustáquio de Ávila

Conselho Editorial

Alberto Carvalho Amaral, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ana Luiza Barbosa Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Antônio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Fernando Henrique Lopes Honorato, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Guilherme Gomes Vieira, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Reinaldo Rossano Alves, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ricardo Lustosa Pierre, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Conselho Consultivo

Alexandre Bernardino Costa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

Bruno Amaral Machado, Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Carlos Sávio Gomes Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Daniel Pires Novais Dias, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, Brasil.

David Sanchez Rubio, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.

Élida Graziane Pinto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Gabriel Ignacio Anitua Marsan, Universidad Buenos Aires, Argentina.

Jose Geraldo de Sousa Junior, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Lourdes Maria Bandeira (*in memoriam*).

Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Talita Tatiana Dias Rampin, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Editor-chefe

Alberto Carvalho Amaral, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

E-mail: editor.revista@defensoria.df.gov.br

Equipe Técnica

Layout da Capa e Diagramação

EASJUR e RDPDF

Acesso aberto e gratuito – Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores – Citação parcial permitida com referência à fonte.

Atribuição-NonComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

Qualis CAPES (2017-2020): B1

Indexadores: CAPES / Sumários.org / EZ3 / Diadorim / Latindex 2.0 / ResearchBib / Google Scholar / Livre / Index Copernicus International / SHERPA RoMEO Jisc / CiteFactor / ACAAP / U. Porto / Redib / Academia.edu / DOAJ / Oasisbr / La Referencia / Fidmath / Biblioteca do Senado Federal / ERIH PLUS / BASE / Scopus / Miguilim

CORPO DE PARECERISTAS

- Ph.D. Adriane Melo de Castro Menezes (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Aline Camilla Romão Mesquita (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Ana Carolina Santos Leal da Rocha Bernardes (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Ana Miriam Wuensch (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Andreia Cabral Colares Pereira (PUCRS - RS, Brasil)
- Ph.D. Ângela Maria Carrato Diniz (UFMG - MG, Brasil)
- Ph. D. Álvaro Carlos Ramos Barbosa (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Bethânia Suano Rezende de Carvalho (Universidade de Aveiro, Portugal)
- Ph.D. Carlos Henrique Rodrigues (UFSC - SC, Brasil)
- Ph.D. Cleunice Aparecida Valentim Bastos Pitombo (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Cristianne Fonseca Pereira Nascimento (PUGMG, MG, Brasil)
- Ph.D. Cynthia Pereira de Araújo (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Daniel Vieira Martins (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Danyelle da Silva Galvão (USP – SP, Brasil)
- Ph.D. Edison Tetsuzo Namba (USP - SP, Brasil)
- Ph. D. Fabio Tenenblat (UFRJ - RJ, Brasil)
- Ph. D. Fernanda Castro Souza Fernandes de Oliveira (USP - SP, Brasil)
- Ph. D. Fernanda Malafatti Silva Coelho (UNIMEP - SP, Brasil)
- Ph.D. Gilda Maria Giraldes Seabra (PUCSP - SP, Brasil)
- Ph.D. Guilherme Lourenço (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Gustavo Swain Kfoury (UFSC – SC, Brasil)
- Ph.D. Jeferson Ferreira Barbosa (Universitat Regensburg, Alemanha)
- Ph.D. João Adolfo Ribeiro Bandeira (UFCA - CE, Brasil)
- Ph.D. José Aurélio de Araújo (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Juliana Cesario Alvim Gomes (UFMG – MG, Brasil)
- Ph.D. Juliana Ribeiro Brandão (EPD - SP, Brasil)
- Ph.D. Juliana Soledade Barbosa Coelho (UFBA - BA, Brasil)
- Ph.D. Juscelino Francisco do Nascimento (UFPI - PI, Brasil)
- Ph.D. Linair Moura Barros Martins (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Lourival Novais Neto (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Luciana Stoimenoff Brito (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Mauro Fonseca Andrade (UFRGS - RS, Brasil)
- Ph.D. Marcelo Romão Marineli (Univ. Mackenzie - SP, Brasil)
- Ph.D. Maria Eugênia Ferraz do Amaral Broda (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Mariana Alves Lara (UFMG-MG, Brasil)
- Ph.D. Marina Maria Magalhães (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Marisa Dias Lima (UFU - MG, Brasil)
- Ph.D. Patricia Tuxi dos Santos (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Paulo Campanha Santana (UDF - DF, Brasil)
- Ph.D. Pedro Ivo Gricoli Iokoi (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Regina Maria de Souza (UNICAMP - SP, Brasil)
- Ph. D. Rodrigo Uchôa de Paula (UFC - CE, Brasil)
- Ph.D. Tânia Ferreira Rezende (UFG - GO, Brasil)
- Ph. D. Weber Lopes Goés (UFABC - SP, Brasil)
- M.Sc. Camila Danielle de Jesus Benincasa (USP - SP, Brasil)
- M.Sc. Olinda Vicente Moreira (Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal)
- M.Sc. Vinícius Alves Scherch (UENP - PR, Brasil)

Sumário

Editorial 9

Editorial

(Alberto Carvalho Amaral)

1) Advocacia e Defensoria Pública: distinções e semelhanças.... 11

Private lawyers and Public Defense: distinctions and similarities

(Cleber Francisco Alves)

(Edilson Santana Gonçalves Filho)

(Jorge Bheron Rocha)

2) E se o Direito Processual Penal importar técnicas processuais de uma improbidade administrativa mais garantista? Primeiros estudos sobre a comunicação de técnicas processuais da Lei nº.14.230/21 para ações penais sancionatórias regidas pelo CPP 31

What if criminal procedural law was to import procedural techniques from a more guaranteeing law of administrative improbity? First studies on the communication of procedural techniques by the law nº.14.230/21 transported to sanctioning criminal actions of Criminal Procedure Code

(Pedro Pessoa Temer)

3) Sistema Penitenciário Federal: uma revisão bibliográfica 51

Federal Penitentiary System: a bibliographical review

(Leonardo Sampaio de Almeida)

4) O racismo estrutural refletido no sistema socioeducativo do Distrito Federal e o papel da Defensoria Pública..... 87

Structural racism reflected in the socio-educational system of the Federal District and the role of the Public Defense service

(Mariama Rezende Mendonça)

5) O instituto da tomada de decisão apoiada: uma análise sobre o objeto e os sujeitos 103

The institute of supported decision making: an analysis of the object and subjects

(Lucas Câmara de Assis)

6) ADI 6595: o texto constitucional como ferramenta de contenção do populismo pelo Supremo Tribunal Federal 121

ADI 6595: The constitutional text as a tool to contain populism by the Brazilian Supreme Federal Court

(Fabio Ribeiro Soares da Silva)

Sobre os autores 135

About the authors

Regras para envio de textos..... 137

Author Guidelines

Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF), como o objetivo de ampliar a produção acadêmica, autoral e inovadora, no âmbito do acesso à justiça e da atuação que se volta para a tutela de grupos socialmente vulnerabilizados, apresenta o primeiro número de 2023.

Iniciando um novo ano e, da mesma forma, um novo fluxo, a RDPDF busca consolidar-se como periódico de qualidade e excelência, que congregue estudos e reflexões profundas e necessárias sobre o acesso à justiça, defensoria pública, mecanismos para diminuição de desigualdades, bem como institucionalismos que possam se voltar para a concretização de direitos. Os textos que são reunidos neste primeiro volume trazem discussões interessantes e que, invariavelmente, vão tocar diversos campos do conhecimento, exigindo uma visão ampla, interdisciplinar, atual e crítica.

No artigo *Advocacia e Defensoria Pública: distinções e semelhanças*, Cleber Francisco Alves, Edilson Santana Gonçalves Filho e Jorge Bheron Rocha, por revisão bibliográfica e análise de jurisprudência, examinam os sistemas legais da assistência jurídica privada e da assistência jurídica pública no contexto atual, considerando a legislação vigente, as recentes decisões dos tribunais superiores e a literatura especializada sobre o assunto, evidenciando que eventuais distinções não obstam interações legais possíveis, em determinados aspectos, entre a advocacia privada e a Defensoria Pública.

Pedro Pessoa Temer, em *E se o Direito Processual Penal importar técnicas processuais de uma improbidade administrativa mais garantista? Primeiros estudos sobre a comunicação de técnicas processuais da Lei n.º.14.230/21 para ações penais sancionatórias regidas pelo CPP*, pretende trazer uma análise em razão da semelhança punitivista entre o sancionatório penal e o administrativo

Em *Sistema Penitenciário Federal: uma revisão bibliográfica*, Leonardo Sampaio de Almeida organiza uma revisão bibliográfica acerca das penitenciárias federais, como resposta institucional à criminalidade organizada, delineando estudos sobre essa temática.

Mariama Rezende Mendonça, em *O racismo estrutural refletido no sistema socioeducativo do Distrito Federal e o papel da Defensoria Pública*, discorre sobre os fatores de raça e classe na formação da população do sistema socioeducativo do Distrito Federal, composto predominantemente por jovens negros, periféricos e vulnerabilizando, acentuando o relevante papel da Defensoria Pública na defesa e acompanhamento diário, diante de um cenário de ineficiência do modelo punitivo individual diante dos fatores estruturais que contribuem para as recidivas.

Em *O instituto da tomada de decisão apoiada: uma análise sobre o objeto e os sujeitos*, Lucas Câmara de Assis discorre sobre o instituto da tomada de decisão apoiada, a previsão legislativa que define um apoio intermediário para as pessoas com deficiência, não excludente da curatela e tutela, com potencial para maior resguardo da autodeterminação e autonomia.

Por derradeiro, em *ADI 6595: o texto constitucional como ferramenta de contenção do populismo pelo Supremo Tribunal Federal*, Fabio Ribeiro Soares da Silva, após discorrer sobre o populismo contemporâneo e as nuances brasileiras populistas, pretende analisar a Lei 13.967/2013 como expressão e prática de um constitucionalismo abusivo, restando à Suprema Corte a função de obstar avanços populistas.

A *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* reitera o agradecimento aos leitores, incentivadores e colaboradores, essenciais para que esse periódico seja concretizado e, assim, outro acesso seja disponibilizado na busca por uma produção acadêmica de qualidade.

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Sobre os Autores

Cleber Francisco Alves: Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com estágio Pós-Doutoral na Universidade de Londres. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), integrando o corpo docente permanente do PPGSD (Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito). Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro, titular da 24a Câmara Cível no TJ-RJ.

Edilson Santana Gonçalves Filho: Mestre e doutorando em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direito Processual (UNI7). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza. Defensor Público Federal. Exerceu o cargo de Defensor Público do Estado do Maranhão. Professor convidado de cursos preparatórios para carreiras jurídica e pós-graduação. Autor de livros e artigos jurídicos. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo (FPCC), ligado ao LAPROCON (Laboratório de Processo e Constituição) do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito Processual da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo (PPGDir/UFES) e à Rede Internacional de Pesquisa Justiça Civil e Processo Contemporâneo (ProcNet). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

Fabio Ribeiro Soares da Silva: Defensor Público do Distrito Federal. Ex-Advogado da Petrobras. Professor de Penal e Processo Penal. Professor da EASJUR/DPDF. Graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Mestrando em Direito e Políticas Públicas - UNICEUB.

Jorge Bheron Rocha: Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Mestre em Ciências Jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, com estágio na Georg-August-Universität Göttingen, Alemanha. Pós-graduado em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Graduação na Universidade Federal do Ceará com distinção Magna cum Laude. Membro do Instituto Latino-Americano de Estudos sobre Direito, Política e Democracia - ILAEDPD, da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP, da Associação Brasileira de Direito Processual - ABDPro e Diretor Regional do Capítulo Brasil do Instituto Panamericano de Direito Processual. Conselheiro e Ex-Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará. Defensor Público do Estado do Ceará. Professor da

Graduação e Pós-Graduação. Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC. Membro do Conselho Editorial da Boulesis e da Emais Editora.

Leonardo Sampaio de Almeida: Graduação em Direito pelo UniCEUB (2008). Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UPIS/GRANCURSOS (2009). Especialização em Direito e Jurisdição pela UPIS/ESMA-DF (2011). Especialização em Sistema de Justiça Criminal pela ESMPU (2017). Mestrando em Direito pelo UniCEUB. Procurador da República do Ministério Público Federal desde 2014.

Lucas Câmara de Assis: Mestrando em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023) - Bolsista Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). É pesquisador cadastrado no CNPQ do Núcleo de Estudos Avançados em Direitos Humanos e Núcleo de Direito Societário. Professor universitário na Rede Funorte das disciplinas de direito civil e empresarial e advogado com atuação no direito privado. É pós-graduado em Direito Constitucional pelo Instituto Elpídio Donizetti (2022). É pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pelo Instituto Elpídio Donizetti (2020).

Mariama Rezende Mendonça: Advogada. Graduada em direito pela Universidade Federal do Tocantins (2014), atuou junto a associações civis sem fins lucrativos, foi membra da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/TO (2016-2017), atuou como voluntária no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (2019) e atualmente é residente jurídica no Núcleo de Assistência Jurídica em Execução de Medidas Socioeducativas da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Pedro Pessoa Temer: Mestrando pelo PPGDIR da UFES com área de concentração em Justiça, Processo e Constituição. É Defensor Público Estadual da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

Regras para envio de textos

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal recebe trabalhos inéditos redigidos em português, inglês, espanhol e italiano.

Os artigos devem ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, excluídas as páginas de referências bibliográficas, redigidas conforme os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e as regras de formatação abaixo indicadas. As resenhas devem possuir de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas.

Textos mais ou menos extensos poderão ser publicados, a critério do Editor Responsável, caso seu tamanho seja justificável.

Para assegurar a confidencialidade no momento de avaliação da contribuição, preservando o *double blind peer review*, o(s) autor(es) devem evitar realizar qualquer tipo de identificação pessoal durante o corpo do texto.

O texto deve conter:

- a) Título do artigo em português (ou no idioma em que o texto está redigido), guardando pertinência direta com o conteúdo do artigo;
- b) Tradução do título para o inglês ("TITLE")
- c) Resumo em português (ou no idioma em que o texto está redigido) com, no mínimo, 100 (cinquenta) e, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) palavras;
- d) Até 5 (cinco) palavras-chave em português (ou no idioma em que o texto está redigido);
- e) Abstract (tradução do Resumo para o inglês);
- f) Keywords (tradução das palavras-chave para o inglês);
- g) Referências bibliográficas ao final do texto, segundo as regras da ABNT.
- h) As citações devem ser feitas em autor-data. Deve-se utilizar nota de rodapé para informações complementares, porém relevantes, ao artigo, que devem seguir rigorosamente o padrão da ABNT, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado.

Os artigos e resenhas devem observar a seguinte formatação:

tamanho da folha: A4

margens: esquerda = 2 cm, direita = 2 cm, superior = 2 cm e inferior = 2 cm

fonte: Times new roman, tamanho 12

espaço entre linhas: 1,5 (um e meio).

alinhamento: justificado.

não colocar espaço entre os parágrafos ("enter").

Título do artigo/resenha: centralizado, em caixa alta, negrito, fonte com tamanho 14.

Deve-se evitar citações diretas destacadas, apenas quando elas forem essenciais para o conteúdo da contribuição. Deverão ser incorporadas no corpo do texto, com utilização de aspas, quando não ultrapassarem 3 (três) linhas. Se possuírem 4 (quatro) linhas ou

mais, deverão ser destacadas, com recuo de 4cm, à esquerda, justificadas, com espaçamento simples entre linhas e fonte com tamanho 11.

REFERÊNCIAS

Para as referências às obras citadas ou mencionadas no texto, deve-se utilizar o sistema autor-data. A indicação do nome dos autores no texto deve ser feita de modo padronizado, mencionando-se seu SOBRENOME, ano da obra e página (p. ex: SOBRENOME, ANO, p.).

Neste sistema, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s), da citação, no caso de citação direta, separadas por vírgula e entre parênteses;

NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As notas de rodapé devem ser feitas no rodapé das páginas, de acordo com as normas da ABNT. As notas de rodapé devem observar a seguinte formatação. Fonte: Times New Roman, Tamanho 10, Espaçamento simples, Justificado.

As referências completas (Referências Bibliográficas) deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, crescente, também de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

Para mais informações: <http://revista.defensoria.df.gov.br>
E-mail: revista@defensoria.df.gov.br

Author Guidelines

The *Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship* receives unpublished works written in Portuguese, English, Spanish and Italian.

Articles must have a minimum of fifteen (15) and a maximum of twenty five (25) pages, excluding bibliographical references, in accordance with the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards and the formatting rules listed below. Book reviews should be from five (5) to ten (10) pages.

At the discretion of the Editor, longer or shorter texts may be published.

To ensure confidentiality at the time of contribution evaluation, preserving the double-blind review, the author (s) should avoid any type of identification in the body of the text.

The text should contain:

- a) title of the article in Portuguese (or in the language in which the text is written), maintaining direct relevance to the content of the article;
- b) Translation of the title into English;
- c) Abstract in Portuguese (or in the language in which the text is written) with a minimum of 100 and a maximum of 250 words;
- d) Five key words in Portuguese (or in the language in which the text is written);
- e) abstract (translation of the abstract into English);
- f) Five keywords (translation of key words into English);
- g) Bibliographical references at the end of the text, according to ABNT rules.
- h) The citations should be made in the author's data. A footnote should be used for essential information to the article, which must strictly follow the ABNT standard, with font Times New Roman, size 10, single spacing, justified.
- i) citations should be avoided in the body of the text, especially transcriptions.

Articles and revisions should note the following formatting:

- Sheet size: A4
- Margins: left = 2 cm, right = 2 cm, upper = 2 cm and lower = 2 cm
- Source: Times New Roman, size 12
- Line spacing: 1.5 (one and a half).
- Alignment: Justified.
- Do not place spaces between paragraphs.

Title of the article / review: centralized, uppercase, bold, font size 14.

The quotes should be avoided. Use it only when they are essential to the content of the contribution. They should be incorporated in the body of the text, with the use of quotation marks, when they do not exceed 3 (three) lines. If they have 4 (four) lines or more, they should be highlighted, with a 4cm indentation on the left, justified, with single line spacing and font size 11.

REFERENCES

For references to works cited or mentioned in the text, the author-date system (APA) must be used. The name of the authors in the text should be made in a standardized way, mentioning their SURNAME, year of the work and page (eg SURNAME, YEAR, p.). In this system, the indication of the source is made by the last name of each author or by the name of each responsible entity until the first punctuation mark followed by the publication date of the document and the page (s) of the citation , in the case of direct quotation, separated by commas and in parentheses;

FOOTNOTES AND BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

Footnotes should be made at the bottom of the pages, according to ABNT standards. Footnotes should note the following formatting. Source: Times New Roman, Size 10, Simple Spacing, Justified.

The complete references (Bibliographical references) should be presented in alphabetical order at the end of the text, increasing, also according to ABNT norms (NBR-6023).

More information: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

E-mail: revista@defensoria.df.gov.br